



Jonas Pereira

Sarney cumprimenta Gloria Arroyo na rampa do Congresso Nacional

Programas sociais trazem presidente filipina ao Brasil

Recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a presidente filipina, Gloria Arroyo, disse que deseja conhecer os programas sociais brasileiros. **8**

Rastreabilidade de agrotóxicos será debatida por comissão

Exigência de código de barras que permita a rastreabilidade de produtos, matérias-primas usadas e processos de fabricação, prevista em projeto de lei, será discutida em audiência. **6**

Senado busca transparência com novo portal

Informações sobre verbas indenizatórias, orçamento, servidores efetivos e comissionados, contratos e licitações já estão na internet

Desde ontem o internauta já pode acessar o Portal da Transparência e verificar informações sobre as contas do Senado, a lista de seus servidores efetivos e comissionados e dados relativos a contratos e licitações. A divulgação foi determinada pelo presidente da Casa, José Sarney, atendendo

a uma sugestão do senador Renato Casagrande.

O novo portal traz a íntegra de 312 boletins administrativos que deixaram de ser publicados entre 1995 e 2009. Os chamados "atos secretos" foram ontem objeto de vários pronunciamentos no Plenário do Senado. **5**



Waldemir Barreto

Casagrande (E) afirma que "não há nenhuma suspeição sobre as contas", mas solicita o seu encerramento

Sarney pede parecer sobre contas

O presidente do Senado, José Sarney, pediu à Diretoria-Geral parecer sobre duas contas bancárias da Casa na Caixa Econômica Federal, à parte da Conta Única do Tesouro Nacional. A existência

dessas contas foi comunicada a Sarney pelo senador Renato Casagrande. Só depois desse parecer, o presidente do Senado decidirá se cria ou não comissão para investigar a denúncia. **5**

Requerimento para criar a CPI do Dnit é lido em Plenário

Com 29 assinaturas, pedido de nova comissão de inquérito só depende de publicação no *Diário do Senado Federal*. Outra CPI, a da Petrobras, deve ser instalada na próxima semana. Senador Alvaro Dias afirma que não há motivo para adiamento. **3 e 4**



J. Freitas

Divórcio pode dispensar separação prévia

Proposta que desburocratiza o divórcio é aprovada pela Comissão de Justiça e segue agora para o Plenário. **7**

A Comissão de Justiça aprovou uma série de projetos de sua pauta

Na avaliação do relator da proposta, Marco Maciel, medida aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional deverá contribuir para a solução, de forma pacífica, de conflitos urbanos que ocorrem no país

Projeto dá ao MPF poder de propor ações de usucapião especial urbano

PROPOSTA APROVADA ONTEM na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) atribui competência ao Ministério Público Federal (MPF) para propor ações de usucapião especial urbana. Pela legislação atual, o órgão já detém essa prerrogativa em relação a ações que envolvem conflitos pela posse de terra rural. A proposta, de autoria de Demostenes Torres (DEM-GO), vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

De acordo com o Estatuto da Cidade, a ação de usucapião especial possibilita a regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas por cinco anos, de modo ininterrupto, por pessoas de baixa renda, desde que a posse não tenha sido contestada. Está habilitado a propor a ação aquele que detém a posse da terra de forma individual, conjunta ou por meio de associação de moradores.

O relator do projeto (PLS 49/09), senador Marco Maciel (DEM-PE), considera que a medida contribuirá para "a solução pacífica de conflitos urbanos".

– Esse é mais um meio às comunidades carentes para facilitação e ampliação do acesso à Justiça – disse Maciel.

Na avaliação de Maciel, a proposta de Demostenes leva o auxílio do Estado, por meio do Ministério Público, às pessoas



Maciel (2º à direita) destaca no parecer que medida amplia o acesso das comunidades carentes à Justiça

sem condições financeiras para contratar advogados.

Benefício fiscal

A Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, em Rondônia, poderá ficar isenta do PIS-Pasep e da Cofins, conforme estabelece projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado ontem pela CDR, com duas emendas. O texto segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além de beneficiar com incentivo a comercialização de mercadorias nacionais

e estrangeiras naquela área de livre comércio, a matéria concede regime fiscal especial para bens finais de informática. Os produtos comercializados na área de livre comércio já haviam sido beneficiados com a suspensão do IPI e do Imposto de Importação, segundo explicou o relator, José Nery (PSOL-PA).

Uma das emendas, de José Nery, adapta a proposta à Lei de Responsabilidade Fiscal, com a previsão de um demonstrativo a ser incluído no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com o montante da renúncia fiscal.

Aprovada ampliação do conselho da Zona Franca de Manaus

A composição do conselho de administração da Zona Franca de Manaus (Suframa) passará de 20 para 25 integrantes, segundo projeto aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A matéria, que já foi acolhida pela Comissão de Justiça, vai ao Plenário.

Pela proposta (PLC 136/08), o conselho será composto por dez ministros de estado, pelos governadores do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, bem como pelos prefeitos dessas capitais.

Integrarão ainda o colegiado o superintendente da Suframa, os presidentes dos bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Amazônia, um representante dos produtores e um dos trabalhadores.

Após a votação na CDR, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) saudou a aprovação do projeto.

– Venho prestar minha solidariedade à proposta relatada por Jefferson Praia [PDT-AM], que traz estabilidade para a Zona Franca executar o belíssimo traba-

lho que faz – salientou Arthur Virgílio.

Também foi aprovado na CDR requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que propõe a realização de um ciclo de conferências para debater o desenvolvimento do Nordeste, com foco no meio ambiente e no turismo.

Jereissati menciona o fato de a Sude ne ter sido recriada há quase dois anos e não se ter notícias de um plano de desenvolvimento sustentável para a região, como previsto nos estatutos da autarquia.



Jefferson pede informações sobre recursos a necessitados

Jefferson Praia cobra ajuda para o Amazonas

“Quando haverá a liberação dos R\$ 200 milhões necessários para combater os alagamentos e ajudar as famílias necessitadas em Manaus? Quais os principais obstáculos que estão impedindo uma ajuda mais imediata do governo federal ao estado do Amazonas, que desde o fim de março vem sofrendo com as enchentes?”

Essas são as duas perguntas que o senador Jefferson Praia (PDT-AM) encaminhou, via Mesa do Senado, ao Ministério da Integração Nacional.

Jefferson Praia também comentou em Plenário a reunião realizada, na terça-feira, entre o presidente José Sarney e as lideranças partidárias. Ele disse que as medidas adotadas sinalizam que o Senado está caminhando para superar o momento difícil que atravessa.



Exedito cobra reforma em aeroporto de Ji-Paraná

Exedito pede conclusão de obras em Rondônia

Exedito Júnior (PR-RO) cobrou ontem do governo federal a conclusão de diversas obras inacabadas em Rondônia, como a reforma do aeroporto de Ji-Paraná e a construção de viadutos e pontes. Ele disse que essas realizações são “extremamente importantes” para a população.

O parlamentar citou entre as obras não concluídas dois viadutos no município de Pimenta Bueno cuja paralisação vem prejudicando a região. Também paralisada está a duplicação de uma ponte.

– É muito grande a preocupação da população do município de Ji-Paraná, porque é a única estrada que corta o município e liga o interior do nosso estado à capital de Rondônia – afirmou Exedito Júnior.



Mário Couto afirma que ministro prejudica Pará

Mário Couto: voto de repúdio a Carlos Minc

Mário Couto (PSDB-PA) requereu ontem voto de repúdio ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, “em face do seu comportamento extremista e radical à frente de sua pasta, onde cada medida adotada inviabiliza a já comprometida economia do estado do Pará”.

Segundo Mário Couto, o ministro recorreu ao Ministério Público para embargar a venda de carne bovina do Pará, que é o quarto maior exportador do produto no país e responsável por 35% da produção nacional. Com isso, assinou, Carlos Minc “deu mais um tiro” na economia do estado.

O senador perguntou por que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tirou Marina Silva (PT-AC) do Ministério do Meio Ambiente, “se ela conduzia muito bem a área ambiental”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário permanece trancada

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta continua trancada por duas medidas provisórias. A primeira, transformada em projeto de lei de conversão, trata do programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as funções de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. A outra MP abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 300 milhões.

Isenção de IPI para gabinetes militares

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina, a partir das 10h, o projeto de lei que dispõe sobre a composição do conselho deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, com ênfase na participação de organizações da sociedade civil. Ainda na pauta a proposta que amplia a lista de produtos com isenção de pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e estende a isenção do tributo às Casas e aos gabinetes militares responsáveis pela segurança dos chefes dos Executivos federal, estaduais e do Distrito Federal.



CCJ debate proteção a pessoas com deficiência

Em audiência pública, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate, a partir das 10h, o PLS 112/06, que amplia normas de proteção aos direitos das pessoas com deficiência. Entre os convidados, estão Denise Costa Granja, presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), e Izabel Maria de Loureiro Maior, da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (Corde). Após a audiência pública, a CCJ analisa 18 proposições em caráter não terminativo.



Flexa Ribeiro celebra 348 anos de Santarém

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou ontem voto de aplauso pela passagem dos 348 anos de fundação da cidade de Santarém, no oeste paraense, completados no dia 22. Ele destacou dois projetos que apresentou, já aprovados pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, que beneficiam o município com a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará e de uma zona de processamento de exportação (ZPE). Santarém, observou, é privilegiada por estar localizada entre as mais importantes metrópoles amazônicas, Manaus e Belém. A cidade tem 350 mil habitantes.



Flexa Ribeiro

Dornelles elogia aquisições da Casa da Moeda

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou a atual diretoria da Casa da Moeda do Brasil pela aquisição de equipamentos que irão permitir a modernização e o aumento da produtividade da empresa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Em 2009, de acordo com o parlamentar, a Casa da Moeda vai investir R\$ 457 milhões na compra de duas novas linhas para impressão de cédulas e de uma nova linha de eletro-revestimento de moedas, o que irá aumentar a capacidade das duas linhas atuais.



Francisco Dornelles



Propostas citadas por Paulo Paim beneficiam aposentados

Paim anuncia votação de projetos pela Câmara

Paulo Paim (PT-RS) informou que o projeto de lei que extingue o fator previdenciário (PL 3.299/08) e a proposta que concede às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste aplicado ao salário mínimo (PL 4.434/08) deverão ser votados pela Câmara dos Deputados na próxima semana.

A inclusão dos dois projetos na ordem do dia foi acertada na noite de terça-feira, em reunião entre Paim, deputados e líderes dos aposentados com o presidente da Câmara, Michel Temer.

– Estou confiante na palavra de Michel Temer – afirmou.



Mozarildo Cavalcanti: "Roubar da saúde deveria ser crime inafiançável"

Mozarildo aponta irregularidades na Funasa em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comentou denúncias de desvios de recursos na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) noticiadas pela imprensa. Ele citou a matéria "Funasa: um atoleiro de irregularidades", publicada pelo jornal *Monte Roraima*.

– Roubar na área de saúde deveria ser um crime inafiançável – afirmou ele.

Mozarildo lembrou que a Funasa já foi alvo de duas operações da Polícia Federal (Metástase e Anopheles), que culminaram na prisão de dois coordenadores da entidade em Roraima, Marcelo Lopes e Ramiro Teixeira.

Senado tem obrigação de instalar CPI, diz Alvaro Dias

Senador não vê mais motivos para adiar a instalação, marcada para o dia 30, da comissão destinada a investigar irregularidades na Petrobras, alvo de novas denúncias

ALVARO DIAS (PSDB-PR) disse ontem que o Senado tem a obrigação de instalar a CPI da Petrobras na próxima semana, pois não há mais pretexto para adiamentos. Enquanto isso, observou, surgem novas denúncias.

Exemplo disso, segundo ele, é a iniciativa do procurador da República Mário Lúcio Avelar de pedir à Justiça Federal de Cuiabá a quebra do sigilo telefônico do gerente-executivo de Comunicação Institucional da Petrobras, Wilson Santarosa. O parlamentar também citou reportagem do jornal *O Globo* sobre investigação da ligação de Santarosa com os "aloprados" – apelido dado pelo presidente Lula aos petistas acusados de negociar um suposto dossiê contra o PSDB nas eleições de 2006.

O senador quer também ver investigada pela CPI a denúncia de repasse de recursos para a agência de publicidade que fez a campanha eleitoral do PT e do atual governador da Bahia, Jaques Wagner.

– Outra revelação é que uma sindicância interna revelou irregularidades que determinaram



Alvaro Dias: área de publicidade da empresa é foco de várias acusações

demissões. Esse relatório não chegou ao conhecimento público. Consta que uma funcionária coordenou essa sindicância, surpreendendo seus superiores. Temos que requerer, através da CPI, esse relatório para as providências necessárias – afirmou.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse, em aparte, que novas denúncias contra a estatal estão surgindo a todo o momento e mostram a promiscuidade da empresa com organizações não governamentais (ONGs). "Temos muita coisa para investigar", enfatizou.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) lem-

brou que cerca de R\$ 1 bilhão está sob a responsabilidade de apenas uma pessoa e "rios de dinheiro são jogados fora". O senador disse que 75% das festas patrocinadas pela empresa foram realizadas na Bahia.

– Nós é que estamos em defesa da Petrobras, que não está acima dos três Poderes da República. Há o risco de uma desmoralização política se não investigarmos – alertou.

Alvaro Dias também afirmou que o Brasil atingiu a estabilidade econômica graças aos esforços de diversos governos e não há como ignorar isso. No entanto, ele observou que, apesar das afirmativas otimistas dos senadores governistas, o governo Lula desperdiçou as maiores oportunidades para alavancar o crescimento econômico quando o mundo estava num momento de grande desenvolvimento e bonança.

– Seria injusto não reconhecer que o governo Lula tem o mérito de ter sustentado as metas básicas do plano de estabilização. Ou seja, não promoveu retrocesso na economia do país – afirmou Alvaro Dias.

Mercadante avalia o futuro do Brasil como promissor

Por ter sido prudente e acumulado mais de US\$ 200 bilhões em reservas, o Banco Central conseguiu, no momento em que houve a desvalorização cambial e a crise, estabilizar a taxa de câmbio, impedindo a volta da inflação e abrindo espaço para a queda na taxa de juros. Assim, o Brasil foi atingido pela crise tardiamente e de forma amena, analisou Aloizio Mercadante (PT-SP), que classificou o futuro do país como promissor.

– É promissor porque nós somos, nos últimos cinco anos, o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos. Saímos na frente pelas descobertas de petróleo. O comércio internacional tão cedo não voltará a ser o que era. Temos que ganhar competitividade, disputar o mercado externo, mas, principalmente, precisamos crescer alavancando o mercado interno das massas – analisou.

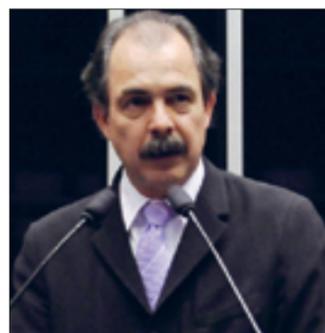
O senador ressaltou que a política do salário mínimo, a do

Bolsa Família e as de distribuição de renda estão permitindo que o Brasil enfrente a crise sem aumentar a pobreza.

Mercadante disse que a política praticada pelo governo Lula é "não apenas socialmente generosa, mas economicamente correta, já que um mercado interno forte é o único vetor de crescimento sustentável que podemos dar à economia brasileira neste cenário".

Na avaliação do senador, a forma como o governo vem conduzindo a economia permitiu a manutenção das políticas sociais, o aumento dos investimentos e a desoneração, sobretudo, de alguns setores da indústria. Ele disse que a economia reagiu e voltou a produzir ao mesmo tempo em que o país ganhou espaço na política fiscal e monetária para desenvolver uma política anticíclica contra a recessão.

Em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que o fortalecimento da economia não



Prudência do Banco Central fortaleceu o país contra a crise, diz Mercadante

é obra apenas de um governo e que é preciso reconhecer o papel da era Fernando Henrique Cardoso. Marco Maciel (DEM-PE) enumerou avanços alcançados no governo FHC, como a adoção do real, o fim da indexação, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a prática do câmbio flutuante.

Já Lobão Filho (PMDB-MA) enumerou medidas adotadas pelo governo Lula, como a isenção e redução do IPI em diversos setores da economia e a ampliação do prazo para que os bancos possam descontar dos depósitos compulsórios as compras das carteiras de crédito e outros ativos de bancos menores.

Ideli defende preço diferente em vendas à vista

Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou ao Plenário que ela e o senador Adelmir Santana (DEM-DF) apresentaram emenda ao Projeto de Lei de Conversão 12/09, que está na pauta do Plenário, para autorizar a cobrança de preços diferentes nos pagamentos realizados com cartão de crédito ou à vista. Ideli informou que a relatora da matéria, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou que vai aceitar a emenda.

– Quem compra com cartão de crédito, pelo código de proteção ao consumidor, paga o preço à vista, que, ao ser anunciado para cartão, acaba sendo um preço maior que o preço que nós, consumidores, poderíamos negociar com o comerciante ou com o prestador de serviço – argumentou.

De acordo com Ideli, a ideia de apresentar a modificação na forma de emenda ao PLV 12/09, proveniente da Medida Provisória 460/09, surgiu durante audiência pública ocorrida na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para a senadora, são necessárias outras mudanças no mercado de cartões, para reduzir os preços do aluguel das máquinas aos comerciantes e as taxas cobradas deles.

Livro traz dicas para inclusão de pessoa com deficiência

Foi lançado ontem o livro *Vai encarar? – A nação (quase) invisível de pessoas com deficiência*, da jornalista Claudia Matarazzo, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. A obra reúne dicas e sugestões, direcionadas à sociedade e também ao Estado, de formas de inclusão da pessoa com deficiência.

Na ocasião, Romeu Tuma (PTB-SP) disse que a experiência da jornalista pode contribuir para a elaboração, pelos parlamentares, de propostas legislativas sobre inclusão. Augusto Botelho (PT-RR) destacou que as iniciativas implantadas no Senado para facilitar o acesso de pessoas com deficiência podem servir de modelo aos demais órgãos públicos e casas legislativas.

– Aqui os acessos estão todos adaptados em qualquer lugar, como no Plenário e na biblioteca. Em todos os lugares as pessoas podem transitar sem dificuldades, sem maiores barreiras – comemorou.

Objetivo da comissão é investigar denúncias de irregularidades em convênios, licitações e outros atos no âmbito do departamento, segundo relatórios do TCU

Pedido de criação de CPI do Dnit é lido em Plenário

FOI LIDO ONTEM em Plenário requerimento de criação de CPI para investigar supostas irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O documento foi protocolado por Mário Couto (PSDB-PA), com 29 assinaturas. Para que a comissão seja criada, o pedido de abertura precisa ser publicado no *Diário do Senado* com um mínimo de 27 assinaturas.

Esta é a segunda tentativa de Mário Couto de instalar a CPI. Há três meses, outro requerimento foi lido com esse objetivo, mas quatro senadores retiraram as assinaturas antes da publicação e, assim, não foi atingido o mínimo exigido pela Constituição e pelo regimento.

A finalidade dessa CPI, con-



Nessa nova tentativa, Mário Couto obteve 29 assinaturas de senadores

forme o requerimento, é apurar as "causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados na contratação de serviços, obras, processos licitatórios, convênios, entre outras irregularidades praticadas pelo Dnit, eviden-

ciados a partir de relatórios e demais atos fiscalizadores do Tribunal de Contas da União (TCU)".

Mário Couto argumenta, na justificação do pedido, que constantemente os relatórios e atos fiscalizadores realizados pelo TCU detectam irregularidades nos convênios, contratos e instrumentos congêneres praticados pelo Dnit, levando, quase sempre, à suspensão da execução física e financeira das obras.

Ele também aponta a existência de licitações suspensas ou canceladas por vícios. Segundo o senador, "essa é uma prática perene" que afeta princípios constitucionais como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Marco Maciel defende ensino público de qualidade e universal

A democratização do ensino público de qualidade para o adequado desenvolvimento nacional e para a consolidação da cidadania foi defendida por Marco Maciel (DEM-PE), que analisou em Plenário a importância da estabilidade econômica, propiciada, segundo ele, pela implementação do Plano Real durante o governo Fernando Henrique Cardoso, quando o senador foi vice-presidente.

– Enquanto crianças e adolescentes mais abastados se protegem em escolas privadas de

padrão mais elevado, as escolas públicas, com as deficiências conhecidas, parecem reservadas à população mais pobre – frisou.

Segundo ele, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), em 1996, foi essencial.

– A principal repercussão deuse quanto à remuneração dos professores. Houve ganhos que superaram 500%, chegando até a 1.000%, em tempos de baixa inflação – disse.

Maciel atribuiu também à estabilidade econômica resultante



Para Maciel, avanços na educação devem ser creditados ao Plano Real

do Plano Real a criação das condições necessárias para a aprovação do Fundo da Educação Básica (Fundeb), que ampliou o alcance do financiamento público para o setor.

Para Mão Santa, novo aeroporto é uma "farsa"

O senador Mão Santa (PMDB-PI) chamou atenção ontem para a disparidade entre os planos e os resultados de um projeto do governo do Piauí que considera faraônico: o Aeroporto Internacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, a 517 quilômetros de Teresina.

Segundo ele, o governador Wellington Dias anunciou uma "megaestrutura de aspecto arrojado", mas vai inaugurar nesta quinta-feira uma pista de 1.650 metros de comprimento e 45 metros de largura, que custou R\$ 13 milhões.

– Esse alopradinho é um mentiroso – acusou Mão Santa, que criticou o governador por ter a intenção de tornar internacionais os aeroportos de Teresina e de Parnaíba.

– Em Parnaíba não tem pousado nem teco-teco – ironizou.



Mão Santa

Claudino anuncia novas agências do INSS no Piauí

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, inaugurará, em 9 de julho, duas novas agências do INSS no Piauí, nos municípios de Valença e de Raimundo Nonato, informou João Vicente Claudino (PTB-PI).

O senador esteve ontem no ministério com dez prefeitos de cidades piauienses para pleitear a possibilidade de serem instalados postos de atendimento também em municípios com menos de 20 mil habitantes que se consorciarem com três ou quatro vizinhos.

– O ministro José Pimentel se mostrou muito receptivo à ideia – disse.

Claudino ainda parabenizou José Rômulo Plácido Sales por sua indicação para o cargo de defensor público-geral da União ter sido aprovada por unanimidade na Comissão de Justiça.



João Vicente Claudino



Magno Malta (D) preside reunião da CPI, que vai a Manaus nesta segunda-feira

CPI da Pedofilia convoca músico DJ Marlboro para depoimento

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia aprovou ontem a convocação de Fernando Luiz Mattos da Matta, conhecido como DJ Marlboro, para prestar depoimento. Ele e Junia Fonseca Duarte, que também será ouvida, são réus em um inquérito que corre no Rio de Janeiro por abusar de G.M.C., de 4 anos. O processo está em segredo de Justiça.

Quem fez a denúncia à CPI, por meio de carta, foi a mãe da criança, Lílian Alvarenga Duarte. Ela e o pai, Sérgio Teixeira Duarte, também serão ouvidos, na condição de testemunhas.

A CPI estará em Manaus nesta segunda e terça-feira para acompanhar os desdobramentos da Operação Vorax, da Polícia Federal, que desbaratou uma rede de pedofilia em 2008.

Lúcia Vânia pede transparência sobre realizações do ProJovem

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou maior transparência no acompanhamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Lançado em 2005, o programa abriu 1,4 milhão de vagas em cursos e treinamentos para os anos de 2008 e 2009, mas as informações sobre o número efetivo de jovens atendidos são escassas.

– Com uma população total de, aproximadamente, 55 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, o universo de jovens beneficiados por esses programas é bastante reduzido – avaliou.



Lúcia Vânia: programa é limitado para um país com 55 milhões de jovens

A senadora mostrou-se preocupada com o fato de que há poucos dados sobre as realizações do programa.

Senadores fazem homenagem à memória de dona Ruth Cardoso

A passagem de um ano do falecimento da ex-primeira-dama Ruth Cardoso foi lembrada em Plenário pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Acompanhar a homenagem Marco Maciel (DEM-PE), Francisco Dornelles (PP-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Renato Casagrande (PSB-ES), Ideli Salvatti (PT-SC) e Mão Santa (PMDB-PI).

Segundo Jereissati, dona Ruth foi "uma das maiores figuras públicas que este país viu nos últimos anos e que se tornou uma das únicas unanimidades nacionais". O senador disse que a ex-primeira-dama foi "a grande idealizadora" da rede de proteção social brasileira.

Ao associar-se, em nome da Mesa do Senado, à homenagem, Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que ela, como primeira-dama, procurou transformar políticas públicas paternalistas



Ruth Cardoso foi idealizadora da rede de proteção social brasileira

em ações de inclusão social.

A antropóloga Ruth Correia Leite Cardoso, doutorada pela Universidade de São Paulo, lecionou nessa instituição e nas universidades de Paris, Columbia e Berkeley. Foi fundadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e teve participação destacada no programa Comunidade Solidária, por ela criado em 1995.

Recursos para estados com enchentes

Começou a tramitar no Senado a medida provisória que abre crédito extraordinário em favor de órgãos do Executivo no valor global de R\$ 1,2 bilhão. O recurso será aplicado nos estados afetados por en-

chentes e em ações contra a gripe suína. Incluída na ordem do dia de hoje, a matéria (MP 463/09) passará a trancar a pauta em 4 de julho.

Para a prevenção da gripe suína, foram reservados R\$

129,8 milhões, a cargo do Ministério da Saúde. A maior parte da verba – R\$ 1,087 bilhão – será destinada a estados atingidos por chuvas e enchentes, especialmente no Norte e Nordeste. O Ministério da

Integração Nacional distribuirá esses recursos. Também estão reservados R\$ 31,1 milhões para segurança pública nas rodovias federais e R\$ 2,1 milhões para conservação e recuperação dos biomas brasileiros.

Suplicy volta a pedir divulgação de salários

Gercilão Magalhães



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem urgência na tramitação de propostas de sua autoria que ampliam a transparência dos atos administrativos e o controle dos gastos do Senado. Uma delas é o Projeto de Resolução (PRS) 24/09, que prevê a publicação semestral dos nomes dos servidores e respectivos salários no *site* do Senado e no *Diário do Senado Federal*.

Outro projeto (PRS 29/09) extingue o pagamento de gratificação específica a servidores integrantes de comissões especiais ou grupos de trabalho.

Papaléo aponta "ditadura cruel" da imprensa

Gercilão Magalhães



Papaléo Paes

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou a imprensa por ter republicado ontem a lista veiculada no dia anterior com nomes de senadores que teriam sido beneficiados por atos secretos.

– Quero apenas pedir justiça. É injusto, hoje [quarta-feira], o jornal *O Globo* repetir a mesma lista de ontem [terça-feira], quando ficamos nos desgastando ali por horas para apresentar uma justificativa – afirmou.

Ele classificou de "ditadura cruel" a citação de senadores como bandidos, mesmo quando provam não haver erro.

Sarney quer parecer sobre contas do Senado na Caixa

A assessoria da Presidência do Senado informou, no início da noite de ontem, que o senador José Sarney pedirá à Diretoria-Geral parecer sobre duas contas bancárias da Casa na Caixa Econômica Federal, à parte da Conta Única do Tesouro Nacional. A existência das contas foi comunicada ao Plenário pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Sarney decidirá se cria uma comissão para investigar as contas quando receber o parecer.

À tarde, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), havia informado que a comissão seria criada. Segundo a assessoria da Presidência, José Sarney decidiu pedir o parecer por ter recebido novas informações sobre o assunto.

O diretor-adjunto da Secre-

taria Especial de Informática (Prodasen), Deomar Rosado, distribuiu nota em que afirma que o órgão mantém na Caixa duas contas, uma para movimento e outra de poupança. O Prodasen tinha receita própria, oriunda de diversos convênios de prestação de serviços a órgãos públicos. O saldo ia para o Fundo Especial do Prodasen (Fundasen).

"A criação do fundo foi autorizada em lei. Já a conta de poupança foi criada por autorização do Tribunal de Contas da União." Conforme a nota, até 2003 a receita própria do Prodasen era utilizada para completar as verbas do Tesouro Nacional. Segundo o Prodasen, as duas contas "estão contabilizadas no Siafi [Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal] e anualmente são demonstradas na tomada de contas encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU)".

Senado coloca na internet o Portal da Transparência

Informações sobre orçamento, pessoal e licitações já podem desde ontem ser acessadas a partir do *site* da instituição. Os chamados atos secretos também estão disponíveis

O PORTAL DA Transparência do Senado, com informações sobre as contas da instituição, a lista de seus servidores efetivos e comissionados e contratos e licitações, está no ar desde ontem.

O *site* havia sido anunciado pelo presidente da Casa, José Sarney, atendendo a uma sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES). O acesso pode se feito por meio de um *link* no menu localizado no canto esquerdo da página inicial do Senado, ou pelo endereço www.senado.gov.br/sf/portal-transparencia/

Os mecanismos de pesquisa das empresas que prestam serviço ou que fornecem bens ao Senado presentes no portal permitem ao interessado conhecer, por exemplo, os contratos de seguro do Senado, incluindo seus valores. Além da listagem de servidores efetivos e comissionados, o portal está preparando a lista de contratos de prestação de mão de obra (terceirizados).

Se o interesse for em licita-



ções, o usuário tem à disposição os editais e as notas de esclarecimentos e o andamento dos processos de seleção. Foram incluídos os 312 boletins de pessoal que deixaram de ser publicados entre 1995 e 2009, chamados pela imprensa de "atos secretos".

O portal contém as despesas cobertas com as verbas inde-

nizatórias – cada senador tem direito a até R\$ 15 mil por mês em despesas relacionadas ao exercício do mandato, como gastos com locomoção e manutenção de escritório político em seus estados (fora pessoal). Essas despesas já vinham sendo apresentadas no *site* do Senado, mas agora fazem parte do Portal da Transparência.

Controle financeiro "extremo" é necessário, afirma Casagrande

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) comunicou ao Plenário ter enviado ofício ao presidente da Casa, José Sarney, em que questiona duas contas do Senado na Caixa Econômica Federal, à parte da conta única junto ao Tesouro Nacional. Casagrande observou que a Constituição instituiu no país o sistema de conta única para todos os órgãos públicos.

– Não há nenhuma suspeição, mas há necessidade de um controle extremo da movimentação financeira do Senado.

Casagrande reiterou o pedido ao presidente do Senado para que as contas sejam fechadas, depois de examinada sua movimentação nos últimos cinco anos. Disse ainda ter recomendado a exclusão, no novo regulamento administrativo da Casa.



Waldemir Barreto

Casagrande pede a José Sarney que as duas contas na Caixa sejam encerradas

do artigo que permite a abertura de contas bancárias próprias.

Em nota, o diretor-adjunto da Secretaria Especial de Informática (Prodasen), Deomar Rosado, informou que, por determinação de José Sarney, as contas serão encerradas e o saldo será recolhido à Conta Única do Tesouro Nacional.

Demostenes pede inquéritos contra ex-diretor

Demostenes Torres (DEM-GO) apresentou requerimentos à Procuradoria-Geral da República, à Polícia Federal e à Presidência do Senado solicitando as "providências cabíveis" contra o ex-diretor-geral do Senado Agaciél da Silva Maia.

Nos ofícios, o senador afirma que Agaciél usou de seu cargo para nomear a servidora Lia Monturil Vaz de Souza a fim

exercer cargo em comissão, com lotação no gabinete de Demostenes, à revelia do parlamentar.

A nomeação só veio a ser conhecida pelo senador, segundo ele, com sua divulgação em um dos 663 atos administrativos que não haviam sido devidamente publicados.

Ao procurador-geral da República, o parlamentar notifica

a prática de crime e de ato de improbidade administrativa e solicita a responsabilização cível e criminal de Agaciél. Ao Departamento de Polícia Federal, o senador apresenta uma *notitia criminis* e pede a instauração de inquérito policial. Já ao presidente do Senado, ele solicita a instauração de um processo administrativo disciplinar por crime e improbidade administrativa.

Antonio Carlos Júnior explica inclusão em lista

Gercilão Magalhães



Antonio Carlos Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) esclareceu ontem que a inclusão do seu nome na lista de beneficiados por atos secretos deveu-se ao fato de ter solicitado a exoneração de uma assessora, cujo ato foi devidamente publicado no Boletim Administrativo de Pessoal.

O senador disse que tinha a intenção de recontratar a assessora em outro cargo, com salário menor. Contudo, ela informou-lhe ter sido nomeada para um cargo mais bem remunerado, na Diretoria-Geral, que a colocaria à disposição do seu gabinete, o que aconteceu.

Malta nega irregularidade em indicação

Moreira Aluiz



Magno Malta

Magno Malta (PR-ES) afirmou ser essencial a identificação dos responsáveis, senadores ou servidores, pela não publicação de atos administrativos do Senado, os chamados atos secretos. O parlamentar negou ter cometido irregularidade na indicação de um assessor para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em 2005. Ele explicou que indicou o assessor a pedido da liderança do partido.

– Difícil é entender por que não publicar a exoneração – disse, anunciando a divulgação, em seu *site*, de nomeações e exonerações de pessoas ligadas ao seu mandato.



Gilvam pede inclusão de analistas e especialistas no "ciclo de gestão"

Gilvam defende carreira em infraestrutura

Analistas de infraestrutura e especialistas em infraestrutura sênior pediram a Gilvam Borges (PMDB-AP) que interceda junto ao governo federal no sentido de que as duas categorias sejam incluídas entre as beneficiadas com a edição da MP 440, que foi convertida na Lei 11.890/08.

– A carreira, que era para ser incluída no "ciclo de gestão", foi enquadrada como carreira executiva, com salários equivalentes a cerca de um quarto de outras carreiras similares.

O senador informou que já solicitou audiência à ministra Dilma Rousseff para tratar do assunto.



Demostenes faz apelo a autoridades contra os equipamentos de mineração

Demostenes pede saída de dragas do rio Araguaia

Ao relatar sua participação na Expedição Araguaia Vivo, destinada a avaliar as condições ambientais do rio Araguaia, Demostenes Torres (DEM-GO) exigiu a retirada imediata de mais de 52 dragas de mineração de diamantes flagradas no local durante a vistoria ao rio, ocorrida no último final de semana.

– O que se está calculando é que essas dragas do Araguaia revolvam em apenas uma semana o equivalente para se refazer as duas torres do World Trade Center. As dragas jogam no rio, todos os dias, mais de mil litros de óleo diesel e lubrificantes que matam os peixes – denunciou.

Audiência na CCT, requerida por Kátia Abreu, irá discutir projeto de Raupp sobre o acompanhamento, por código de barras, de insumo utilizado na produção agrícola

Projeto sobre rastreabilidade de agrotóxicos será debatido

A IMPLANTAÇÃO DA rastreabilidade de agrotóxicos utilizados para a produção de alimentos será tema de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data ainda a ser marcada. O requerimento do debate foi apresentado por Kátia Abreu (DEM-TO).

A audiência irá discutir o Projeto de Lei do Senado 337/08, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que inclui entre as condições previstas em lei para a venda de agrotóxicos a exibição de código de barras que permita a rastreabilidade do produto, das matérias-primas utilizadas e dos processos de fabricação. A rastreabilidade, ainda de acordo com a proposta, deverá ser implantada em toda a cadeia produtiva, incluindo armazenamento, transporte, comercialização e retorno das embalagens.

Kátia Abreu observou que o agrotóxico é um "insumo fundamental no cultivo agrícola", que representa "parcela expressiva" dos custos totais de produção. Dessa forma, alertou, qualquer aumento no preço desse insumo poderia representar "flutuação significativa" nas margens de



Kátia Abreu: queremos evitar aumento de preços

lucro dos produtores.

– A rastreabilidade é um tema atualmente discutido em todo o mundo. Os países e os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação à origem dos alimentos. Queremos que a ciência possa nos pautar, em busca do equilíbrio, para que medidas desnecessárias não levem ao aumento dos preços dos alimentos – afirmou a senadora.

Os principais temas a serem abordados na audiência, segundo o requerimento, serão a disponibilidade de soluções tecnológicas para a implantação da rastreabilidade na cadeia

produtiva de agrotóxicos; a possibilidade de que a oferta do novo produto seja baseada em tecnologia nacional e produção local; e o impacto de custo decorrente da adoção da rastreabilidade na produção agrícola.

Serão convidados para a audiência, ainda de acordo com o requerimento, representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Associação Nacional de Defesa Vegetal, do Instituto de Tecnologia de Alimentos e do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. Por recomendação do senador Gerson Camata (PMDB-ES), será ainda convidado o secretário de Agricultura do Espírito Santo, ex-senador Ricardo dos Santos.

Emissoras

Durante reunião realizada ontem, presidida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a CCT aprovou, em decisão terminativa, 58 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversas partes do país.

CAS realiza três audiências na próxima semana

Duas audiências públicas estão agendadas para a próxima semana na Subcomissão Permanente do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS): uma, na quarta-feira, tratará da organização e do funcionamento das cooperativas de trabalho e a outra, na quinta, discutirá os reflexos da crise mundial sobre o emprego no Brasil.

O primeiro debate, requerido por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), buscará discutir o PLC 131/08, que regulamenta as cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento das Cooperativas de Trabalho (Pronacoop). A segunda audiência foi proposta por Paulo Paim (PT-RS). A CAS também promoverá uma terceira audiência na próxima semana, em data a ser confirmada, para debater a



Comissão debaterá cooperativismo, efeitos da crise sobre o emprego e greve do INSS

greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e as possibilidades de o Senado contribuir para a solução do conflito. O requerimento é de José Nery (PSOL-PA).

Ontem, a CAS votou, em turno suplementar, dois projetos aprovados na forma de substitutivo: para permitir a aposentadoria integral por invalidez,

no caso de hepatopatia grave (PLS 450/08), e para exigir que leilões feitos pela internet contem com a presença de leiloeiros juramentados (PLS 74/08).

A comissão aprovou ainda requerimento de Augusto Botelho (PT-RR) para realização de audiência sobre o relatório anual de atividades da Anvisa no exercício de 2008.

Polêmica tira de pauta eleição de diretor de escola

Depois de muita discussão, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), decidiu retirar de pauta o projeto de lei do Senado (PLS 328/05) que altera o processo de escolha dos dirigentes escolares estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O impasse se deu quando Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou a intenção de apresentar requerimento para tramitação conjunta da matéria com o PLS 344/07, que institui a eleição direta para diretores de escolas públicas e aguarda votação.

A medida adotada por Demostenes teve o objetivo de evitar atraso na votação do PLS 344/07, de Ideli Salvatti (PT-SC), que voltaria a ser analisado pela CCJ e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) junto com o PLS 328/05. Tanto Ideli quanto Demostenes defendiam a tramitação paralela das matérias, de forma que fossem analisadas em Plenário ao mesmo tempo.

Adiada a votação de mais exigência para candidatura

Por falta de entendimento entre os integrantes da CCJ, foi retirado ontem de pauta projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que obriga candidatos a prefeito, governador e presidente da República, e seus respectivos vices, a apresentarem seus programas de governo no ato de registro das candidaturas na Justiça Eleitoral.

Alguns senadores defenderam o projeto, enquanto outros apontaram o caráter "inócuo" da medida e solicitaram a formação de um grupo para analisar todas as propostas relativas à reforma político-eleitoral em tramitação na CCJ.

O primeiro a se posicionar contra a matéria foi o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), por temer que o vencedor da disputa, ao não cumprir pontos do programa de governo, seja alvo de pedido de perda de mandato.

O relator da matéria, Marco Maciel (DEM-PE), admitiu que o projeto não fixa sanção para o candidato eleito que descumprir o programa de governo registrado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Shhessarenko • Mão Santa • Marconi Perillo • João Vicente Claudino • Magno Malta

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão de Constituição e Justiça acompanhou relator, Demostenes Torres, que considerou anacrônicas atuais exigências para o fim do casamento

Mais controle sobre decisões do Banco Central

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça pode contribuir para a imposição de maior controle sobre o sistema financeiro. O PLS 368/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), estabelece que os integrantes do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) serão nomeados pelo presidente da República, e não mais pelo ministro da Fazenda. As indicações também passariam a ser submetidas à aprovação do Senado.

Por lei de 1995, o conselho recebeu a atribuição de julgar recursos contra decisões do Banco Central. A matéria teve voto favorável do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Criação de cargos para TRTs e DNPM

A CCJ aprovou ontem cinco projetos de criação de cargos e alteração de composição e organização interna de tribunais regionais do Trabalho (TRTs) em São Paulo, Amazonas e Pará. Os projetos (PLCs 87, 88, 92, 93 e 94/09) foram encaminhados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Também foi aprovada proposta do Executivo (PLC 118/09) que cria 214 funções comissionadas, privativas de servidores ativos do órgão, no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Ainda para o DNMP, o projeto cria outros 79 postos, entre cargos em comissão e funções gratificadas.



Demostenes preside reunião em que foi aprovada proposta que elimina prazo de até dois anos para que casais se divorciem

CCJ dispensa separação prévia para divórcios

A EXIGÊNCIA DE separação prévia para a realização do divórcio pode deixar de existir, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Atualmente, para entrar com processo de divórcio, a pessoa interessada precisa provar a separação judicial por mais de um ano ou a separação de fato por mais de dois anos.

O texto aprovado (PEC 28/09) veio da Câmara dos Deputados, no formato de um substitutivo apresentado pelo deputado Joseph Bandeira (PT-BA) para consolidar propostas dos deputados Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA). Os autores atendiam a sugestão do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDF), entidade que reúne juizes, advogados, promotores de Justiça, psicólogos, psicanalistas e outros profissionais que atuam no campo das relações de família. A matéria irá a exame final em Plenário e, se aprovada, será promulgada pelas Mesas das duas Casas do Congresso.

Com parecer pela aprovação, a PEC foi relatada na CCJ por Demostenes Torres (DEM-GO). Segundo ele, a exigência da separação prévia foi uma medida surgida como solução para acomodar pressões da Igreja Católica contra a aprovação do divórcio, oficialmente instituído no país em 1977. Conforme Demostenes, havia o temor por parte da Igreja de que, com o advento do divórcio, a "família acabasse". Contestando essa visão, ele disse que o divórcio serve apenas aos casais que não querem mais viver juntos e que, assim decidindo, precisam ficar isentos das dificuldades atuais.

– Não tem que ter tempo prévio de separação, pois isso só enriquece cartórios e faz com que a Justiça se encha de processos – afirmou.

Novos costumes

Para Demostenes, a PEC é reconhecimento de que a sociedade e seus costumes mudaram. Na sua avaliação, o divórcio não veio para "atrapalhar" as famílias. Ao contrário, o senador acredita

que contribui para consolidar essa instituição, pois garante condições de os casais "que não deram sorte" num primeiro casamento constituírem novos vínculos conjugais. Em apoio à PEC, Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que a exigência da prévia separação, antes do pedido de divórcio, é um "obstáculo" que não faz mais sentido.

– Havia uma reação muito grande ao divórcio quando se instituiu essa obrigatoriedade, mas a cultura mudou e esse óbice não existe mais – reforçou.

O divórcio foi instituído a partir da sanção de lei de iniciativa do falecido senador Nelson Carneiro (Lei 6.515/77), que liderou demorada campanha em favor dessa inovação no Direito nacional, mas incluindo o arranjo da separação prévia. A separação judicial apenas dispensa os cônjuges dos deveres de coabitação e fidelidade recíproca (art. 1.576 do Código Civil). Já o divórcio põe fim ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio (art. 24 da Lei 6.515/77), permitindo novo casamento.

Papiloscopistas podem ser peritos oficiais

Os papiloscopistas e demais servidores públicos com denominações equivalentes poderão passar a integrar a carreira de peritos oficiais. A proposta foi aprovada ontem pela CCJ em decisão terminativa.

Esses profissionais exercem atividades em processos de identificação a partir de impressões digitais ou de reconstruções faciais de indivíduos vivos ou mortos.

Para a autora do projeto (PLS 244/09), senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a ausência de regulação dessas atividades como funções oficiais de perícia pode dar margem para questionamentos judiciais sobre a validade de laudos que venham a instruir os processos.

Telefone nacional para conselhos tutelares

Os conselhos tutelares de todo o país poderão contar com número telefônico exclusivo, de três dígitos e de abrangência nacional, destinado a serviço de utilidade pública. A proposta foi aprovada ontem pela CCJ e tem o objetivo de facilitar a divulgação desses órgãos e sua interação com a sociedade.

Os conselhos estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente para zelar pelo cumprimento da legislação. Instituídos por lei municipal, são vinculados ao Poder Executivo, a quem cabe custear sua operação e manutenção. O projeto (PLC 52/09) recebeu voto favorável do relator, Wellington Salgado (PMDB-MG).

Boleto vencido poderá ser pago em qualquer banco

Boletos de cobrança poderão passar a ser pagos em qualquer agência bancária, mesmo após a data de vencimento do título. A determinação está prevista em proposta aprovada ontem pela CCJ. O projeto (PLS 138/09) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) estabelece ainda que o cálculo da multa e dos juros devidos pelo consumidor será feito pela agência bancária que receber o título, no caso do pagamento após a data do vencimento da obrigação.

– Inexiste justificativa para que o consumidor tenha que enfrentar enormes filas e perder tempo se ele puder pagar o boleto bancário em qualquer agência – justificou Valadares.

O relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), apresentou parecer favorável ao projeto, que segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, depois, para a de Assuntos Econômicos (CAE).

Também foi aprovado pela CCJ projeto (PLS 327/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que permite aos conselhos estaduais, municipais e distritais de educação assumir as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (Fundeb).

Punição para empresa que utilize trabalho escravo

Pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços podem ser punidas com a proibição de participar de incentivos fiscais, financiamentos e contratos públicos, de acordo com projeto aprovado pela CCJ.

A matéria passou pela comissão como texto substitutivo da senadora Marina Silva (PT-AC) a projeto (PLS 487/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) e será agora votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Marina Silva justificou a apresentação do substitutivo como forma de adaptar o conceito de "trabalho escravo" ao já estabelecido no Código Penal e ao entendimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dessa forma, foi utilizada a expressão "trabalho em condição análoga à de escravo". Pelo texto, nisso se enquadram as atividades realizadas por indivíduos submetidos a trabalhos forçados mediante violência, ameaça grave, retenção de salários ou que tenham restringida sua locomoção, por qualquer meio, em decorrência de dívida contraída com empregador ou representante dele.

Projeto regulamenta mandado de segurança

A CCJ aprovou proposta que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. O projeto (PLC 125/06), elaborado por uma comissão de juristas e encaminhado pela Presidência da República ao Congresso em 2001, teve voto favorável do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele rejeitou 14 emendas do senador Valter Pereira (PMDB-MS). A comissão também aprovou pedido de urgência do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para votação da matéria em Plenário.

De acordo com o relatório de Jereissati, o foco do projeto está na regulamentação do mandado de segurança coletivo, previsto na Constituição de 1988, mas até hoje não disciplinado pela legislação ordinária. A proposta abre esse recurso para partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária. Também organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, na defesa de direitos líquidos e certos de parte ou da totalidade de seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, poderá pedir mandado de segurança.

Relações comerciais, produção de etanol e desenvolvimento social foram os principais assuntos da conversa entre José Sarney e Gloria Arroyo, que visitou ontem o Senado

Presidente das Filipinas quer conhecer programas sociais

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu a visita da presidente da República das Filipinas, Gloria Macapagal Arroyo, que está em visita oficial ao Brasil. No encontro, Sarney manifestou sua disposição de colaborar para que se possam ampliar as relações comerciais entre Brasil e Filipinas, dois países que estão empenhados em buscar soluções para o desenvolvimento social de suas populações.

Sarney também afirmou que o Brasil está disposto a cooperar para que as Filipinas consigam sua autossuficiência na produção de etanol. O senador elogiou a disposição daquele país de investir no desenvolvimento de matrizes energéticas alternativas ao combustível de origem fóssil, atuando para minorar os problemas relativos ao aquecimento global.

Gloria Arroyo explicou que um de seus objetivos nesta visita é tomar contato com os programas brasileiros de desenvolvimento social. Sarney afirmou que o presidente Lula tem conseguido "grandes resultados" na área social e que o Brasil tem avançado muito com os esforços empregados no atendimento



Gloria Arroyo (à mesa), ao lado de Sarney, Tuma (D) e parlamentares filipinos

das populações mais pobres do país. O presidente do Senado disse que, além do Bolsa Família, o governo Lula tem trabalhado em outros programas visando ao desenvolvimento social.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entregou à presidente das Filipinas alguns de seus artigos publicados em revistas internacionais contendo suas propostas relativas ao Programa de Renda Mínima. Ele comentou que já esteve em Manila, capital das Filipinas, participando de um congresso de economia, no qual essas propostas foram debatidas. Serys Silhessarenko

(PT-MT) afirmou que uma de suas lutas no Senado é relativa ao papel da mulher na sociedade e, especialmente, na política. Gloria Arroyo informou que o Senado de seu país tem quatro senadoras e, na Câmara de Deputados, a representação feminina praticamente equivale à masculina.

Também estiveram presentes Romeu Tuma (PTB-SP), Augusto Botelho (PT-RR) e o embaixador brasileiro nas Filipinas, Alcides Prates. Gloria Arroyo estava acompanhada por uma delegação composta por senadores e deputados de seu país.

João Pedro: é preciso consenso global para eliminar a fome

Ao comentar estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre o aumento da fome no planeta, João Pedro (PT-AM) destacou a necessidade de estabelecer um consenso global para a eliminação urgente da fome no mundo.

Considerando a gravidade dos dados apresentados na pesquisa da FAO e o fato de eles ainda não refletirem totalmente os

impactos da crise financeira internacional, o senador alertou para o risco de ocorrência de conflitos, especialmente em países pobres, causados por disputas de recursos naturais e poder político. "Os níveis de miséria se acentuarão com os impactos da crise atual, cuja origem está no descontrole dos mercados dos países ricos", disse.

João Pedro observou, contudo, que no Brasil várias iniciativas do



João Pedro destaca estudo que revela o avanço da fome em todo o planeta

governo Lula têm sido voltadas para auxiliar a comunidade internacional na tarefa do combate à fome.

Plenário aprova três acordos internacionais

O Plenário aprovou ontem os termos de três acordos internacionais. O primeiro deles é o Projeto de Decreto Legislativo 276/08, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

Em seguida, foram acolhidos o PDL 277/08, que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994, e o PDL 74/09, que aprova o texto do Terceiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativo à Adoção de Emblema Distintivo Adicional, aprovado em Genebra em 8 de dezembro de 2005.

Programa em Roraima exclui entidades indígenas, diz Augusto

Entidades indígenas de Roraima estão sendo impedidas de participar da implantação do programa Territórios da Cidadania no estado, afirmou Augusto Botelho (PT-RR). Lançado pelo governo federal em 2008, o programa visa promover o desenvolvimento econômico e social por meio do desenvolvimento territorial sustentável.

De acordo com o senador, o governo reservou cerca de R\$ 24 milhões para investimentos em Roraima, com ações que têm como alvo inclusive as reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. "Porém, os recursos correm o risco de nem sair do papel", advertiu.

Segundo Augusto, entidades indígenas afirmaram que os recursos financeiros do Territórios da Cidadania podem não chegar aos índios por causa de manobras dos membros da



Augusto: recursos do Territórios da Cidadania podem nem sair do papel

Federação de Reocupação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com o apoio da Funai.

— A denúncia é a de que, devido ao bloqueio do processo de implementação das ações do programa, milhares de índios continuam desassistidos nas terras, uns até morrendo de doenças como o beribéri, num reflexo da fome que vem dizimando os indígenas de Roraima.

Idade mínima para trabalho de ator e modelo volta a debate

O trabalho de crianças e adolescentes no cinema, no teatro e na televisão deve estar sincronizado com a escola formal e cercado de cuidados especiais necessários, incluindo formação moral, ética e apoio psicológico, defendeu Cristovam Buarque (PDT-DF) durante audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Foi o segundo debate na comissão sobre o projeto (PLS 83/06) de Valdir Raupp (PMDB-RO) que fixa idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Pela proposta, menores de 14 anos devem ter autorização judicial e jovens entre 14 anos e 18 anos, apenas a autorização expressa do responsável.

Marina Silva (PT-AC) advertiu que os jovens que trabalham no setor artístico e desportivo devem ter todos os direitos e garantias assegurados para o caso de as carreiras não decolarem.

Senadores e especialistas que participaram da reunião reconheceram que o tema é complexo. O motivo é que a própria Constituição veda o trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Mas uma norma da Organização Internacional do Trabalho (OIT) abre brecha para que menores atuem no ramo artístico. O procurador Rafael Marques, que também é vice-coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho, apresentou sugestões com o objetivo de melhorar o projeto, como a que determina a necessidade de autorização expressa da autori-

dade judiciária para a atuação de menor de 16 anos, a pedido da família. Rafael Marques esclareceu ainda que a autorização judicial especificará as condições em que a atividade se realizará, além de disciplinar a fixação de jornada de trabalho e intervalos, a previsão de percentual da remuneração a ser depositada em caderneta de poupança, entre outras determinações.

Garantias

Décio Ribeiro, presidente da Ford Models Brasil, entende ser necessário que o menor de idade trabalhe como modelo, desde que sejam estabelecidas algumas normas, a exemplo de horários pré-fixados e tempo necessário para estudos.

Já o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, lembrou alguns cuidados que a Central Globo de Produções adota para preservar atores menores de 18 anos, entre eles jornada máxima de cinco horas diárias e vedação da participação de jovens em cenas em que exista linguagem imprópria para menores.

Maira Souza, chefe de Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho, disse que é vital que o Judiciário conceda autorização mesmo para maiores de 14 anos.

Para a psicóloga Renata Lacombe, não é possível "admitir a televisão ou o cinema sem criança". Ela defendeu uma legislação que acolha "o que já existe na prática e vem funcionando bem". Também tomou parte dos debates o ator do filme *Central do Brasil* Vinicius de Oliveira.



Rafael Marques, Maira, Décio, Arns, Vinicius de Oliveira, Renata e Evandro (D)

Seminário prepara bienal do livro afro-brasileira

Os organizadores da 1ª Bienal Afro-Brasileira do Livro, a ser realizada no primeiro semestre de 2010, foram recebidos ontem pela Comissão de Educação. A reunião teve por objetivo discutir formas para organizar, planejar e executar ações que visem fortalecer o potencial inclusivo e articulador do evento.

A bienal, explicou o produtor cultural Eufrásio Félix, reunirá várias iniciativas a favor da igualdade racial. Flávio Arns (PT-PR), que preside a comissão, sugeriu que o seminário seja realizado em conjunto com as comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

Para CE, coronel deve desculpas à África do Sul

A Comissão de Educação (CE) vai pedir providências à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) contra o chefe da delegação brasileira na Copa das Confederações, coronel Antonio Carlos Nunes de Lima, que expressou em Johannesburgo sua posição contrária à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul.

Por sugestão do senador Gerson Camata (PMDB-ES), o presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), exigirá que o coronel Nunes apresente um pedido formal de desculpas por sua manifestação contra a África do Sul ou se afaste da delegação.